

Não existe cura pela morte

LAVA JATO O embate entre o governo e o Ministério Público em torno dos acordos de leniência

POR ANDRÉ BARROCAL

O FUTURO DAS GRANDES empreiteiras apanhadas pela Operação Lava Jato detonou uma guerra em Brasília. Governo, Ministério Público e Congresso não se entendem sobre o alcance das punições. A aplicação de todo o arsenal legal disponível provocaria o fechamento das empresas, um castigo exemplar que deixaria um rastro de obras paradas e trabalhadores demitidos. O clima acirrou-se nos últimos dias. Autoridades federais, procuradores de Justiça e deputados saíram a campo para atrair a opinião pública às suas posições em relação aos chamados acordos de leniência, pivôs da discórdia no momento.

A negociação dos acordos com as empreiteiras foi facilitada por um decreto recém-assinado por Dilma Rousseff. Responsável por conduzir as tratativas, a Controladoria-Geral da União abriu conversações formais com cinco empresas: OAS, Engevix, Galvão Engenharia, SBM e Setal Óleo e Gás. As três primeiras vivem a pior situação entre as construtoras, com dirigentes presos, processo administrativo na CGU e ações do Ministério Público que querem vetar sua participação em novos contratos com o setor público por cinco anos. A Galvão Engenharia também acaba de entrar com pedido de recuperação judicial, antessala da falência. A OAS segue a mesma tri-

lha. Hoje, só os acordos de leniência parecem capazes de manter as construtoras abertas, ao garantir a continuidade dos negócios com o Estado e dos empréstimos bancários, inclusive oficiais.

A leniência até pode salvar as empreiteiras, mas, se a CGU levar adiante o que se ouve em seus corredores, as empresas e seus sócios pagarão um preço alto. Em troca de benefícios, o órgão vai requerer o afastamento dos sócios da gestão, cobrar a devolução do dinheiro desviado da Pe-

trobras, aplicar pesadas multas e exigir a adoção de regras de controle inibidoras de impulsos corruptos por parte dos funcionários. Diante de tais condições, o mais provável, caso sobrevivam, é o encolhimento das grandes construtoras. Aposta-se, porém, na aceitação dos termos por parte das companhias. Seus donos não teriam interesse em perder um patrimônio familiar acumulado por décadas. “Se houver acordos, eles serão rígidos”, disse a *CartaCapital* o ministro Valdir Simão, da CGU.

Na quarta-feira 25, uma comissão da Câmara dos Deputados foi palco da primeira audiência pública para discutir os acordos de leniência. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, apontou as condições duras como motivo para nenhum acordo ter sido celebrado até o momento. Defensor do dispositivo, Adams acredita que o assunto anda “contaminado” pela ideia de que a leniência seria um “acordão” em favor de corruptos. “Não podemos tolerar a corrupção, mas não podemos fechar os olhos para as con-



O procurador Camanho e Simão, da CGU: visões opostas



sequências”, afirmou o advogado, antes de citar as demissões e a paralisa econômica provocadas pelo escândalo. “A quebra do banco Lehman Brothers, em 2008, produziu a maior crise desde 1929 e isso tem repercussões até hoje.”

O objetivo do Ministério Público, acredita Adams, é fechar as empresas, ao afastá-las de contratos públicos. Uma impressão reforçada por alguns pronunciamentos de procuradores críticos aos acordos de leniência. Na mesma audiência pública na Câmara, Júlio Marcelo de Oliveira, representante do MP no Tribunal de Contas da União, sugeriu que uma consequência extrema como a asfixia da empresa teria um efeito pedagógico a corruptores à solta. “Não podemos cair na armadilha de que o País vai parar se as grandes empresas forem punidas”, disse. “Quem gera empregos são as obras, há inúmeras empreiteiras médias interessadas em contratos com a Petrobras.”

Um dia antes, o Ministério Público havia promovido um seminário cujo intuito era dar visibilidade a argumentos contrários aos acordos de leniência e ao decreto recém-assinado por Dilma Rousseff. No evento, realizado na sede do TCU, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho, afirmou que a leniência poderia atrapalhar as investigações em curso na Lava Jato. Motivo: um órgão do governo, no caso a CGU, teria acesso a informações que poderiam ser usadas pelo próprio governo na proteção de aliados.

A tentativa de evitar o fechamento de empreiteiras produziu uma inesperada aliança partidária na Câmara dos Deputados. Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, e José Carlos Aleluia, do DEM da Bahia, uniram-se em defesa da realização de uma grande audiência pública sobre os impactos econômicos e sociais de uma quebradeira das construtoras. A ideia lo-



Cinco empreiteiras negociam com o governo neste momento



Seu País

go ganhou outro simpatizante, o tucano Antonio Imbassahy, da Bahia. Com a audiência, a ser promovida nos próximos dias, Teixeira e Aleluia pretendem dar voz a sindicalistas e empresários para que descrevam os estragos já causados e estimem o porvir. Presume-se que as 23 grandes empreiteiras com contratos com a Petrobras movimentem uma cadeia composta de 50 mil fornecedores e 500 mil empregados.

Razões diferentes movem Teixeira e Aleluia. O primeiro é aliado do Palácio do Planalto e não ignora o efeito das desordens econômicas no futuro do governo. O segundo é baiano como a OAS e seu dono, o bilionário Cesar Mata Pires. Para Aleluia, “não se constrói uma empresa de engenharia da noite para o dia”, e o Brasil vai precisar das grandes “para tocar as concessões” de obras de infraestrutura. “As punições e correções têm de ser feitas, mas sem inviabilizar as empresas”, diz. “As pequenas e médias empresas não têm condições de assumir as grandes obras existentes ou planejadas”, concorda Teixeira. “Estamos falando de um prejuízo de uma década para o País.” Os dois têm, no entanto, uma discordância nada trivial. Para o petista,

O Congresso vai ouvir empresas e trabalhadores. Quer amenizar os danos à economia

a saída contra o fechamento das empresas são os acordos de leniência assinados na CGU. Segundo Aleluia, o governo está sem autoridade moral para conduzir tal processo e torce por outra solução.

Em sua cruzada para sensibilizar a opinião pública contra o fechamento das construtoras, o PT montou uma espécie de *bunker* na Câmara, a partir da Comissão de Fiscalização e Controle, comandada pelo partido. Além de realizar audiências públicas sobre o tema (ali estiveram Adams, da AGU, e Júlio Marcelo, do MP), a comissão criou um grupo que vai promover debates entre trabalhadores e empresários em sete estados. O primeiro estava marcado para a sexta-feira 27, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. O presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, tem dito que “as companhias não podem parar por causa de alguns desonestos”. Haveria outra alternativa capaz de punir as empreiteiras com rigor sem provocar sua falência? “Os acionistas-proprietários, beneficiados da corrupção, podem, e devem, ser desapropriados”, sugere o eco-

nomista Fernando Nogueira da Costa, da Unicamp.

A disputa política em torno dos acordos de leniência e da liquidação ou não das empreiteiras deu munição a uma tentativa de derrubar a Lei Anticorrupção, aprovada pelo Congresso em 2013, apesar do boicote do poder econômico. A ação chegou ao Supremo Tribunal Federal no início de março por intermédio do obscuro Partido Social Liberal. Em propaganda eleitoral na tevê há alguns dias, o PSL dizia que o sistema político brasileiro “extorpe o poder econômico”. Uma argumentação em linha com a defesa das empreiteiras enroladas na Lava Jato e com as acusações feitas pelos opositores de Dilma e do PT.

O único acordo de leniência fechado até agora por uma empreiteira reforça a tese oposta. Havia, antes de tudo, um cartel atuante nas obras da Petrobras, ainda que com a colaboração de servidores da estatal e de políticos. No acordo celebrado há duas semanas com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Setal admitiu a existência de um “clube” de construtoras que atuava desde o fim dos anos 1990, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2004, o esquema teria se tornado “estável”. •



Aleluia, do DEM...



... e Teixeira, do PT, uniram-se pela mesma causa

DIÓGENIS SANTOS / SEFOTE E BETO OLIVEIRA